



Situação do Mercado de Trabalho em Juiz de Fora

Sandra Bara Alves

Consultora em gestão de pessoas

O texto para discussão tem o objetivo de fornecer informações e indicativos para o estudo sobre o Mercado de Trabalho Formal, numa série histórica, compreendida entre o período de 2000 a 2003, considerada de relevância para a construção de Políticas Públicas na área de Qualificação Profissional, Microcrédito, Ocupação e Renda na cidade de Juiz de Fora.

SUMÁRIO

SINOPSE	3
1. INTRODUÇÃO	4
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RAIS E O CAGED	6
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCADO FORMAL	10
3.1. DIFERENÇA METODOLÓGICA ENTRE AS PESQUISAS SOBRE DESEMPREGO	10
3.2. ALGUNS CONCEITOS	11
4. CENÁRIO DO EMPREGO FORMAL EM JUIZ DE FORA	13
4.1. Estoque da mão de obra	13
4.2. Variações no fluxo mensal 2003	17
4.3. Variações no fluxo mensal 2004	19
4.4. Variações no fluxo de admitidos de 2003 e 2004	20
4.5. Variações no fluxo de Janeiro e Março de 2005	21
5. O PERFIL DO TRABALHADOR DO MERCADO FORMAL EM JUIZ DE FORA	23
5.1. GÊNERO E PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE ECONÔMICA	24
5.2. DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS EMPREGADOS NO MERCADO FORMAL	27
5.3. NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS EMPREGADOS NO MERCADO FORMAL	29
5.4. ESCOLARIDADE POR GÊNERO	33
5.5. GÊNERO E FAIXA REMUNERAÇÃO MÉDIA	35
5.6. FAIXA DE TEMPO EMPREGADA NO MERCADO FORMAL	38
5.7. NÚMERO DE VÍNCULOS ATIVOS POR SUBSETOR DO IBGE	38
6. A ECONOMIA LOCAL – UMA BREVE APRESENTAÇÃO	42
6.1. COMPOSIÇÃO DO PRODUTO E PERFIL DINÂMICO	42
6.2. POTENCIAL DINÂMICO	43
7. CONCLUSÃO	50

SINOPSE

A vulnerabilidade de setores da economia em países emergentes, associada ao processo de globalização e a recente estagnação do mercado brasileiro, com elevação das taxas de juros e um aumento acelerado da taxa de câmbio, despertam na sociedade preocupação crescente quanto aos custos sociais promovidos por este cenário econômico.

Os impactos negativos no mercado de trabalho, ditados pelo baixo dinamismo da economia como um todo, são fulminantes, provocando queda nos níveis de emprego e no poder aquisitivo da população e a degradação nas relações trabalhistas. Diante deste quadro, ampliou-se nos últimos anos o grau de interesse por informações confiáveis a respeito da evolução do mercado de trabalho, em um nível de detalhamento cada vez maior.

As diversas fontes de dados disponíveis ainda não conseguem ser eficientes no atendimento a esta demanda, porém esforços no aprimoramento dos dados sobre o mercado de trabalho têm sido feitos e são de grande importância para a análise e compreensão da realidade do universo do trabalho no Brasil.

O presente texto apresenta um acompanhamento das informações sobre a evolução do mercado de trabalho formal em Juiz de Fora, desagregados por 26 subsetores do IBGE, com variáveis sobre gênero, escolaridade, idade, faixa de remuneração média, faixa de tempo empregada no mercado de trabalho formal, número de vínculos ativos e tipo de movimentação.

Busca, por outro lado, situar o cenário econômico no Município e apresentar algumas informações sobre investimentos e empregos gerados na área privada e pública.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a economia brasileira vem se caracterizando por um processo de reestruturação produtiva, aliada à diminuição do crescimento econômico e ao grande custo social da implementação da política de estabilização, no qual vem se delineando uma baixa capacidade de geração de postos de trabalho. A tendência ao desemprego estrutural provocada por uma abertura descontrolada da economia, acompanhada por uma “modernização” desequilibrada, deve piorar ao longo dos próximos anos. O desemprego se relaciona ao trabalho assalariado em geral, com ou sem carteira, e é acompanhado pelo aumento de uma multidão de trabalhadores em condições precárias de trabalho.

As tendências à desarticulação acelerada da economia e da organização do trabalho são ampliadas por medidas que compõem o receituário neoliberal, como por exemplo, a anunciada “desregulação” e a “flexibilização” do mercado de trabalho, que aumentarão ainda mais o desemprego aberto e/ou a precariedade das relações de trabalho.

Para situarmos as propostas na redução do emprego público, sem considerarmos, uma reformulação das funções do Estado - dentro dos parâmetros da economia e das suas relações com a sociedade - faz parte do processo de desmonte da máquina pública, com efeitos diretos sobre postos de trabalho e serviços essenciais. A redução do quadro de funcionários a pretexto de equilibrar as contas públicas, em um contexto de vulnerabilidade do emprego, é um mecanismo socialmente perverso. Dada a estrutura salarial do setor público, que reproduz os padrões concentrados de distribuição da renda prevalentes no conjunto da sociedade e de sua economia, a proposta de corte de postos de trabalho para ser um instrumento efetivo do ajuste fiscal teria que assumir proporções relevantes, provocando um aumento ainda maior da legião de excluídos sociais e inativos precoces, levando os serviços públicos essenciais ao colapso definitivo.

No que se refere aos segmentos econômicos do setor privado, segundo a ótica neoliberal, os fatores determinantes da situação do emprego seriam a regulação do mercado de trabalho e a estrutura de qualificação da força de trabalho, que seria responsável tanto pela sua baixa produtividade, quanto pela sua menor remuneração. Na verdade, há um deslocamento do foco coletivo para o foco individual, onde o indivíduo e não o contexto sócio-econômico é o responsável pelo seu destino.

Em conseqüência, o eixo das políticas propostas pelos segmentos econômicos privados é a redução do custo da força de trabalho, seja de forma direta ou pela liberalização do mercado de trabalho; bem como pela fragilidade na capacidade de atuação dos organismos sindicais.

O suposto implícito é que com menores níveis de salários e de contribuições sociais e num contexto de liberdade irrestrita do mercado, aumentaria os índices de emprego, independentemente dos componentes da demanda efetiva e da estrutura de produção e ocupação existente.

A era do neoliberalismo teve sua marca em todo o mundo pela deterioração das condições de emprego, do mercado de trabalho e pelo engavetamento das políticas sociais, tanto as estruturantes quanto às de caráter compensatório.



Segundo relatórios da **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, os ajustes introduzidos em alguns países (redução dos salários, diminuição dos custos não salariais derivados de contribuições e impostos, abrandamento de alguns mecanismos de proteção do emprego e a descentralização das estruturas de negociação) tiveram impactos insignificantes sobre o emprego e a melhoria das condições de trabalho. Não há evidências de que a regulamentação do mercado de trabalho seja um obstáculo de peso para a criação de novas ocupações ou que sua flexibilização contribua no sentido de solucionar os problemas de instabilidade de emprego ou mesmo, que a redução dos salários contribua para aumentar os postos de trabalho.

No Brasil e em particular Juiz de Fora, não é diferente. O mercado de trabalho já é extremamente flexível, como demonstram os elevados índices de informalização, as altíssimas taxas de rotatividade de pessoal, baixo e a ampla diferenciação das remunerações recebidas pelos assalariados, em especial, o tratamento diferenciado de gênero. Por outro lado, as contribuições sociais, que mistura encargos, remunerações diferidas e conquistas trabalhistas num mesmo grau, encontram-se em níveis semelhantes ou até inferiores aos de países competitivos, como os Estados Unidos e Japão. O Brasil é um dos países em que o custo da mão de obra, quando medido pela participação dos salários no custo de produção ou no valor agregado, é um dos mais baixos do mundo.

Não são as condições institucionais do mercado de trabalho, mas sim a política econômica e seus reflexos na dinâmica do sistema produtivo que estão produzindo desemprego. Na ausência de uma política de investimentos, financiamento e reestruturação econômica e social que permita a melhoria do emprego e das condições de uso e remuneração da mão de obra – não adianta usar paliativos. Nas atuais condições de exclusão social, propor a degradação das condições de trabalho e salários sob o falso pretexto de evitar o desemprego ou de elevar a competitividade da economia, além de um absurdo ético, é também uma grande irresponsabilidade social.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RAIS E O CAGED

A parceria entre a Sociedade Civil e o Estado é a singularidade mais relevante de toda Política Pública. Hoje estão ultrapassadas as visões identificadas em cada ação do governo como ato unilateral com beneficiários situados no âmbito do próprio aparelho de Estado ou em nichos restritos da sociedade. Todos os atores sociais (sindicatos, empresários, acadêmicos, etc.) são, direta ou indiretamente, construtores e beneficiários das ações implementadas nos espaços de atuação do Poder Público.

A **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS** não foge a esta regra. Constitui importante instrumento de coleta de dados e foi instituído pelo Decreto nº 76.900 de 23/12/75. Os dados coletados pela RAIS constituem expressivos insumos para o atendimento das necessidades da legislação no que se refere à nacionalização do trabalho; de controle dos registros do FGTS; dos sistemas de Arrecadação e de Concessão e Benefícios Previdenciários; de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial e por fim, de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/PASEP.

Essa poderosíssima e rica base de dados constitui instrumento utilizado por enorme leque de atores para o desenho, implementação e avaliação de suas ações. Gerenciada no âmbito do Estado (mais especificamente, no Ministério do Trabalho e Emprego), sua construção é social. A RAIS abrange todas as informações relativas ao mercado de trabalho formal brasileiro, uma vez que, devem apresentar a declaração anual à RAIS todos aqueles que, independentemente de organização empresarial, tenham mantido como empregadores, qualquer relação de emprego durante o ano a que se referem as informações. Devem também declarar a RAIS os estabelecimentos constituídos, ainda que não tenham mantido vínculos empregatícios, e os que empregaram trabalhadores avulsos. Desta forma, a RAIS representa um censo anual do emprego formal.

A RAIS reúne informações sobre o emprego organizado, regido pela CLT ou pelo Regime Jurídico Único. Através da RAIS pode-se selecionar as variáveis relativas ao perfil individual do trabalhador (idade, grau de instrução e gênero), além do tempo de permanência no emprego, o tamanho do estabelecimento e a remuneração média mensal, entre outras. Com isso, pode-se caracterizar os empregados segundo estas variáveis, verificar a estabilidade dos contratos de trabalho e obter a distribuição salarial dos empregados com registro em carteira.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED foi instituído pela Lei nº 4.923 em 23 de Dezembro de 1965 e constitui fonte de informação de âmbito nacional e de periodicidade mensal. Foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego.

Serve como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais.

O CAGED é um Registro Administrativo, e, inicialmente, objetivou gerir e controlar a concessão do auxílio-desemprego. A partir de 1986, passou a ser utilizado como suporte ao pagamento do seguro-desemprego e, mais recentemente, tornou-se também, um relevante instrumento à reciclagem profissional e à recolocação do trabalhador no mercado de trabalho e ainda, um importante subsídio para a fiscalização.

Os diversos aperfeiçoamentos ocorridos no sistema CAGED, bem como, na metodologia de tratamento dos dados tornou esse registro administrativo uma das principais fontes de informações estatísticas sobre o mercado de trabalho conjuntural. O CAGED apresenta desagregações idênticas às da RAIS, em termos geográficos, setoriais e ocupacionais, possibilitando a realização de estudos que indicam as tendências atuais, numa periodicidade mensal.

Grosso modo, existem diferenças entre as características da RAIS e as características do CAGED. São relacionadas a seguir as diferenças mais significativas.

ITEM	RAIS	CAGED
Levantamento	Anual	Mensal
Tipo de vínculo	Qualquer tipo: estatutários, celetistas, temporários, avulsos.	Apenas os empregados celetistas.
Abrangência	Todos os empregados do ano base em 31/12 e movimentação dos admitidos e desligados mês a mês.	Apenas a movimentação de admitidos e desligados (Empregados no 1º dia do mês + admitidos – desligados=Empregados no último dia do mês)
Obrigatoriedade	Todos os estabelecimentos, mesmo aqueles que não apresentaram movimentação, constituindo a RAIS negativa (só existe informação sobre o estabelecimento).	Apenas os estabelecimentos que apresentaram movimentação.
Útil para estudos	Estruturais do mercado de trabalho formal.	De análise de conjuntura do mercado de trabalho formal

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

A RAIS e o Caged são Registros Administrativos e foram criados para fins operativos. A estatística, não é, portanto, o objetivo principal da criação destes sistemas, o que não invalida o cuidado e a preocupação que o Ministério do Trabalho e Emprego tem tido no decorrer dos anos em produzi-los e aprimorá-los por constituírem, sem sombra de dúvida, informações bastante ricas sobre o Mercado de Trabalho Formal.

Ressalte-se que existem vantagens e limitações no uso desses Registros Administrativos. As principais vantagens estão relacionadas:

- Ao caráter censal dos dados levantados, permitindo a obtenção de informações desagregadas até para os menores domínios geográfico-setorial-ocupacionais;
- Grande atualização dos dados ao longo do tempo, dada sua própria finalidade operativa. No caso da RAIS, a atualização é anual, na Lei 4923/65, é mensal.
- Processamento individualizado para as unidades de interesse que o registro reconhece (estabelecimentos, empresas, vínculos empregatícios, pessoas) referente à totalidade das variáveis incorporadas no formulário. Essa modalidade de processamento permite a adoção de controles de respostas, tratamentos metodológicos diversos e o mais completo aproveitamento dos dados em termos de combinação de atributos entre estas unidades e os cruzamentos possíveis de variáveis;
- Conteúdos estáveis, homogêneos e completos das variáveis levantadas pelos registros que facilitam o fornecimento dos dados;
- Desenvolvimento de programas computacionais que permitam o acesso dos dados por parte do Ministério do Trabalho e Emprego e usuários externos.

Existem, no entanto, limitações próprias dos registros administrativos, ocasionados pela carência de supervisão direta de respondentes em campo. Contudo, a principal restrição refere-se à omissão ou sonegação de resposta por parte dos estabelecimentos obrigados a apresentar a declaração.

Os principais problemas detectados entre as unidades declarantes são:

- Respostas incompletas, através da omissão de vínculos ou da ausência de respostas a alguns itens do formulário;
- Preenchimento incorreto do formulário, causado em grande parte por falta de informação do declarante ou erro de interpretação das instruções;
- Ocorrência de distorções geográficas e setoriais dos dados em consequência das declarações erradamente agregadas pelas unidades (empresas), em vez de declarações separadas por estabelecimento.

Por conta das limitações é que sempre se deve ter cautela na utilização dos dados provenientes de registros administrativos. Os maiores cuidados referem-se aos usos que envolvam a comparação de totais ou estoques ao longo do tempo. Tanto a sua diferença absoluta quanto a razão entre duas posições do registro no tempo, como no caso de taxas de variação, podem levar a conclusões errôneas.

Apesar das limitações e restrições acima numeradas, tem-se a certeza de que os registros administrativos para RAIS e lei 4.923/65 (Caged) representam uma fonte insubstituível de informação para o apoio às ações operativas do Ministério do

Trabalho e Emprego e para subsidiar o acompanhamento da situação de emprego até os níveis mais detalhados de desagregação geográfica (município), setorial (subatividade) e ocupacional (ocupação).

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCADO FORMAL

O mercado formal pode ser definido em relação à situação previdenciária, isto é, além dos trabalhadores com carteira assinada, os empregadores e os trabalhadores autônomos/conta própria que contribuem para algum tipo de instituto de previdência.

O vínculo formal garante ao trabalhador acesso aos direitos trabalhistas definidos pela legislação brasileira. É a forma mais favorável de inserção ocupacional e sua evolução depende do desempenho das empresas mais organizadas e da dinâmica de seus mercados interno e externo.

Tradicionalmente considera-se que o mercado ou o setor formal da economia distingue-se do mercado ou setor informal em função da existência de uma série de dispositivos institucionais de regulamentação do exercício das atividades e das relações econômicas.

Entretanto, observa-se uma relativa informalização do setor formal da economia em decorrência dos processos de reestruturação econômica, que têm provocado crescente diluição das fronteiras entre os setores formal e informal da economia.

Aqueles elementos que definiam o mundo do trabalho informal, como as relações de trabalho precárias e a carência de mecanismos de proteção legal e social aos trabalhadores, tendem a ser incorporados à dinâmica do mercado formal, outrora estável e protegido.

3.1. DIFERENÇA METODOLÓGICA ENTRE AS PESQUISAS SOBRE DESEMPREGO

As Pesquisas de desemprego divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e pela Fundação Seade/Dieese costumam apresentar divergências de variações, representativas, devido a diferentes metodologias de cálculo.

A principal delas é que a *PME* (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE mede apenas o **desemprego aberto**, ou seja, quem procurou emprego nos 30 dias anteriores à pesquisa e não exerceu nenhum tipo de trabalho – remunerado ou não – nos últimos 07 dias. Quem não procurou emprego ou fez algum bico na semana anterior à pesquisa, não conta como desempregado na *PME*.

Já a *PED* (Pesquisa de Emprego e Desemprego) da Fundação Seade/Dieese também considera o **desemprego oculto** pelo trabalho precário (pessoas que realizaram algum tipo de atividades nos 30 dias anteriores à pesquisa e buscaram emprego nos últimos 12 meses).

Para citar um exemplo: pela *PED*, a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo subiu para 19,8% em fevereiro, um recorde histórico para o mês, segundo divulgou a Fundação Seade/Dieese. Já o IBGE anunciou que o desemprego nas 6 principais regiões metropolitanas do país subiu de 11,7% em janeiro para 12% da População Economicamente Ativa – PEA.

Se a PED for dividida por categorias – desemprego aberto, oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento -, a diferença em relação à PME acaba caindo. Pela PED, o desemprego aberto na região metropolitana de São Paulo subiu de 11,9% para 12,6% em fevereiro. Ou seja, o resultado está próximo do anunciado pelo IBGE.

3.2. ALGUNS CONCEITOS

1) PIA: População em Idade Ativa → Corresponde à população com dez anos ou mais.

2) PEA: População Economicamente Ativa → Parcela da PIA ocupada ou desempregada.

3) Inativos: (maiores de 10 anos) – correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

4) Ocupados: são os indivíduos que:

- a) Possuem trabalho remunerado exercido regularmente;
- b) Possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas, que não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos trinta dias;
- c) Possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

5) Desemprego: ausência de trabalho provocada pela situação econômica e social.

Classificação:

a) Desemprego estrutural: Ocorre na maioria das vezes nos países subdesenvolvidos (ou periféricos). É explicado pelo excesso de mão de obra na agricultura e em outras atividades econômicas. A insuficiência de equipamentos de base também contribuem para isso.

b) Desemprego Tecnológico: Ocorre em países mais desenvolvidos (ou centrais). É a procura de técnicos e especialistas. Seu aparecimento se verifica quando há introdução de novos métodos técnicos e maquinário de maior complexidade no que diz respeito a eficiência.

c) Desemprego Conjuntural: Ocorre quando os bancos retraem os créditos provocando a queda dos investimentos, e o poder de compra dos assalariados diminui em virtude da alta de preços. Também as inflações, deflações contribuem para isto.

d) Desemprego Funcional: Ocorre a mudança de emprego ou atividade desenvolvida.

- e) **Desemprego temporário:** Ocorre principalmente nas regiões agrícolas. É provocado pelo clima e estações do ano em determinados setores em que se desenvolvem as atividades agrícolas.
- 6) **Desempregados:** São os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:
- a) **Desemprego Aberto:** pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista (Pesquisa sobre Emprego e Desemprego) e não exerceram nenhum trabalho nos últimos 7 dias.
 - b) **Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário:** pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás.
 - c) **Desemprego Oculto por Desalento:** pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

4. CENÁRIO DO EMPREGO FORMAL EM JUIZ DE FORA

4.1. Estoque da mão de obra

Com base nas informações contidas na RAIS – Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Tabela 1), o mercado de trabalho formal em Juiz de Fora, registrou um **estoque**¹ de mão de obra de 95.568 trabalhadores em 2000; 98.353 em 2001, 96.035 trabalhadores em 2002 e em 2003 na ordem de 96.038 **trabalhadores ativos** – dados atualizados.

Mercado de Trabalho em Juiz de Fora	
Ano de Referência	Estoque de Mão de obra
2000	95.568
2001	98.353
2002	96.035
2003	96.038

Fonte: Rais Trabalhador, 2000, 2001, 2002 e 2003. Ministério do Trabalho e Emprego

Baseado nestas informações, o mercado de trabalho formal em Juiz de Fora no ano de 2002, apontou um **decréscimo de 2,41%** em relação ao ano de 2001, representando, **menos 2.318 postos de trabalho** nos 26 subsetores econômicos classificados pelo IBGE.

Já em 2003, o mercado de trabalho formal praticamente permaneceu estável em relação ao ano de 2002, não apresentando nenhum crescimento significativo, isto é, na ordem de 0,0032%.

Veja tabela 1:

¹ A Rais produz informação estatística referente ao estoque de mão de obra do setor formal da economia (celetistas e estatutários) possibilitando informações sobre os municípios, com desagregações setoriais e ocupacionais. Tais informações podem ser obtidas, também, segundo sexo, faixa etária e de renda.

MERCADO FORMAL DE JUIZ DE FORA					
SUBSETOR DO IBGE	ESTOQUE NO ANO				VARIAÇÃO
	2000	2001	2002	2003	2002 e 2003
Extrativa Mineral	108	108	74	70	-5,71%
Ind. Produtos Minerais Não Metálicos	289	284	255	224	-13,84%
Ind. Metalúrgica	2.852	2.529	2.333	2275	-2,55%
Ind. Mecânica	483	440	476	445	-6,96%
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações.	81	93	98	101	3,06%
Indústria do Material de Transporte	1.531	1.659	1.229	1250	1,70%
Indústria da Madeira e do Mobiliário	489	562	581	364	-59,61%
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	1.584	1.529	1.560	1575	0,97%
Indústria da Borracha, Couros, Peles e similares.	1.335	1.400	1.417	1364	-3,89%
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos	1.257	1.239	1.330	1389	4,44%
Ind. Têxtil do Vestuário e Artefatos de tecidos	6.228	5.783	5.597	5138	-8,93%
Ind. Calçados	200	181	222	243	9,46%
Indústria de Produtos Alimentícios/ Bebidas	2.448	2.183	2.240	2247	0,32%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.416	1.445	1.696	1684	-0,72%
Construção Civil	5.715	5.307	4.489	4161	-7,88%
Comércio Varejista	17.712	18.007	19.081	19491	2,15%
Comércio Atacadista	2.347	2.380	2.314	2385	3,07%
Instituição Crédito, Seguros e Capitalização.	1.890	1.756	1.783	1794	0,62%
Comércio e Administração de Imóveis e Serviços Técnicos	8.750	9.436	8.374	8794	5,02%
Transportes e Comunicação	8.983	7.939	8.269	7539	- 9,68%
Serviços alojamento, alimentação, reparação.	11.991	11.944	11.670	11876	1,77%
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários.	5.560	5.753	5.900	5827	-1,26%
Ensino	3.014	3.431	3.773	4255	12,77%
Administração Pública Direta e Autarquias	7.836	11.493	9.814	10224	4,18%
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais.	1.469	1.472	1.460	1323	-10,36%
Total Geral	95.568	98.353	96.035	96038	0,0032%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS: 2000 2001, 2002 e 2003.
Tabela 1

A ocupação formal por subsetor de atividade em Juiz de Fora apresentou 13 (treze) segmentos cujo desempenho mostrou **variação positiva** do emprego no ano de 2003 comparando a 2002. Foram: ensino, indústria de calçados, comércio e administração de imóveis, indústria química, administração pública, comércio atacadista, indústria do material elétrico, comércio varejista, serviços e alojamentos, indústria do material de transporte, indústria do papel e papelão, instituição de crédito e seguros e por fim, indústria de produtos alimentícios.

O comportamento **ascendente** é liderado pelos principais segmentos:

- 1) Ensino, que saiu de 3773 postos de trabalho para 4255, representando uma variação positiva da ordem de 12,77%;
- 2) Indústria de Calçados que saiu de 222 postos de trabalho para 243, com uma variação de 9,46%;
- 3) Comércio e administração de imóveis e serviços técnicos, com uma variação percentual de 5,02%, significando um aumento de 420 novos postos de trabalho;
- 4) Indústria Química de Produtos Farmacêuticos, registrou um aumento de 4,44% em relação ao período anterior, saindo de 1330 para 1389 novos postos de trabalho;
- 5) Administração Pública direta e autarquias, com uma variação de 4,18%, representando 410 novos postos de trabalho;
- 6) Comércio Atacadista, com uma elevação de 3,07%, saindo de 2314 vagas em 2002 para 2385 em 2003, representando 71 novos postos de trabalho;

Subsetores – Variação Positiva		
Classificação	Subsetores	Variação Positiva
01	Ensino	12,77%
02	Indústria de Calçados	9,46%
03	Administração de imóveis	5,02%
04	Indústria química	4,44%
05	Administração Pública	4,18%
06	Comércio atacadista	3,07%

Fonte:

Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS: 2000 2001, 2002 e 2003.

Por outro lado, outros seis (06) subsectores mostraram, de forma mais significativa, uma **trajetória de queda** em suas atividades, entre eles:

- 1) Indústria da madeira e do mobiliário, com uma variação negativa de 59,61% , representando 217 postos de trabalhos fechados;
- 2) Indústria de produtos minerais não metálicos com -13,84%, isto é, perdeu 31 postos de trabalho entre 2003 e 2002;
- 3) Agricultura, silvicultura e criação de animais, que perdeu 137 postos de trabalho, representando uma variação de -10,36%;
- 4) Transportes e comunicação, com uma variação negativa de 9,68%;

- 5) Indústria do vestuário e artefatos de tecidos, com uma variação negativa de 8,93% representando o fechamento de 459 postos de trabalho.
- 6) Construção civil com 328 postos de trabalho a menos, representando uma variação negativa de 7,88%.

Subsetores – variação negativa		
Classificação	Subsetores	Varição Negativa
01	Madeira e Mobiliário	-59,61
02	Produtos minerais não metálicos	-13,84%
03	Agricultura e criação de animais	-10,36%
04	Transportes e comunicação	-9,68%
05	Vestuário	-8,93%
06	Construção Civil	-7,88%

Fonte:

Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS: 2000 2001, 2002 e 2003.

4.2. Variações no fluxo mensal 2003

Observando –se o fluxo mensal do nível de ocupação formal em Juiz de Fora em 2003 (tabela abaixo), verifica-se uma variação negativa de 11,36% no fluxo de empregos na *indústria*, onde 5134 pessoas foram desligadas, enquanto 4610 foram contratadas, significando, portanto, o fechamento de 524 postos de trabalho. Fluxo este, seguido pela *construção civil*, com uma variação negativa de 4,46%, significando a perda de 173 postos de trabalho. Já o *comércio* teve um crescimento da ordem de 4,72%, significando 469 novos postos de trabalho. No setor de *serviços* foram criados mais 1058 novos postos de trabalho, significando um crescimento da ordem de 8,72%.

Em 2003, no geral, o mercado de trabalho formal, cresceu 2,68% representando 851 novos postos de trabalho em relação a 2002.

Demonstrativo por período – 01/01/2003 a 31/12/2003						
Fluxo	Atividades Econômicas					
	Ind	CCiv	Com	Serv	Agro	Total
Estoque Base para Recuperação : 01/01/2004	1888 4	5211	2278 7	4157 5	1205	8966 2
Estoque Recuperado Início do Período (01/01/2004)	1801 4	5400	2120 2	3872 2	1173	8456 1
Admissões						
Primeiro Emprego	668	293	1502	2376	55	4894
Reemprego	3942	3587	8900	1081 9	448	2769 3
Transferências de Entrada	0	0	0	0	0	0
Totais de Admitidos	4610	3880	1040 2	1319 5	503	3259 0
Desligamentos						
Dispensados	4563	3629	8460	1031 5	368	2733 5

Espontâneos	537	406	1439	1653	109	4144
Aposentados	11	5	13	99	2	130
Mortos	23	13	21	70	3	130
Transferências de Saída	0	0	0	0	0	0
Total de Desligados	5134	4053	9933	12137	482	31739
Indicadores						
Estoque Recuperado Final do Período (31/03/2004)	17490	5227	21671	39830	1194	85412
Variação Emprego Absoluta de 01/01/2005 à 31/03/2005	-524	-178	469	1058	21	851

Fonte: Perfil do Estabelecimento, Janeiro de 1997 a março de 2005/ Ministério do Trabalho e Emprego.

Fluxo de admitidos e desligados por atividade econômica - 2003			
Atividade Econômica	Admitidos	Desligados	Variação
Industria	4.610	5.134	-11,36
Construção civil	3.880	4.053	- 4,46%
Comercio	10.402	9.933	4,72%
Serviços	13.195	12.137	8,72%
Agropecuária,	503	482	4,36%
Total	32.590	31.739	2,68%

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. FAT, Ministério do Trabalho: 2003

As atividades econômicas que tiveram um saldo positivo na flutuação do emprego foram o setor de *serviços* que registrou um saldo de 8,72%, o que representou 1058 novos postos de trabalho em 2003. Em seguida, tivemos o *comércio* com um crescimento de 4,72%, representando 469 novos postos de trabalho.

4.3. Variações no fluxo mensal 2004

Demonstrativo por período – 01/01/2004 a 31/12/2004						
Fluxo	Atividades Econômicas					
	Ind	CCiv	Com	Serv	Agro	Total
Estoque Base para Recuperação : 01/01/2004	1888 4	5211	2278 7	4157 5	1205	8966 2
Estoque Recuperado Início do Período (01/01/2004)	1749 0	5227	2167 1	3938 0	1194	8541 2
Admissões						
Primeiro Emprego	1000	328	1652	2149	52	5181
Reemprego	5128	4595	9593	1076 4	411	3049 1
Transferências de Entrada	0	0	0	0	0	0
Totais de Admitidos	6128	4923	1124 5	1291 3	463	3567 2
Desligamentos						
Dispensados	4030	4501	8653	9195	338	2671 7
Espontâneos	652	424	1455	1822	106	4459
Aposentados	21	5	4	69	4	103
Mortos	31	9	17	82	4	143
Transferências de Saída	0	0	0	0	0	0
Total de Desligados	4734	4939	1012 9	1116 8	452	3142 2
Indicadores						
Estoque Recuperado Final do Período (31/03/2004)	1888 4	5211	2278 7	4157 3	1205	8966 2
Variação Emprego Absoluta de 01/01/2005 à 31/03/2005	1394	-16	1116	1745	11	4250

Fonte: Perfil do Estabelecimento, Janeiro de 1997 a março de 2005/ Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2004, a flutuação do emprego no território teve um saldo mais positivo do que negativo o que demonstra os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de janeiro a dezembro de 2004. Vide dados abaixo:

- A *indústria*, com um fluxo positivo da ordem de 29,45%, o que representou novos 1394 postos de trabalho;
- O setor de *serviços* que registrou um saldo de 15,63%, significando 1745 novos postos de trabalho em 2004;
- O *comércio* com 11,02%, o que representou 1116 novos postos de trabalho em 2004.

Observando –se o fluxo mensal do nível de ocupação formal em Juiz de Fora em 2004, verifica-se uma variação negativa apenas junto à construção civil, que foi da ordem de 0,33%, o que representou menos 16 postos de trabalho.

No geral, o mercado de trabalho em 2004, apresentou um índice de crescimento da ordem de 13,53%, significando mais 4.251 novos postos de trabalho em Juiz de Fora.

A visualização destes dados pode ser vista também na tabela abaixo:

Fluxo de admitidos e desligados por atividade econômica - 2004			
Atividade Econômica	Admitidos	Desligados	Variação
Industria	6.128	4.734	29,45%
Construção civil	4.923	4.939	-0,33%
Comercio	11.245	10.129	11,02%
Serviços	12.913	11.168	15,63%
Agropecuária, extrativismo vegetal, caca e pesca	463	452	2,44%
Total	35.672	31.422	13,53%

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. FAT, Ministério do Trabalho: 2004

4.4. Variações no fluxo de admitidos de 2003 e 2004

Fluxo de admitidos por atividade econômica – 2003 e 2004			
Atividade Econômica	2003	2004	Variação
Industria	4.610	6.128	32,93%
Construção civil	3.880	4.923	26,89%
Comercio	10.402	11.245	8,11%
Serviços	13.195	12.913	-2,19%
Agropecuária, extrativismo vegetal, caca e pesca	503	463	-8,64%
Total	32.590	35.672	9,46%

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. FAT, Ministério do Trabalho: 2003 e 2004

Analisando os dados do Caged, referente a 2003 e 2004, podemos afirmar que:

- Que todas as atividades econômicas tiveram um fluxo positivo em 2004, com exceção do setor de serviços e da agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca que apresentaram um crescimento maior em 2003.

- A indústria teve um saldo positivo de 32,93%, criando mais 1518 novos de trabalho;
- A construção civil, apesar de ter tido uma pequena retração em 2004 na ordem de 0,33%; no seu conjunto, em relação à 2003, teve um saldo positivo da ordem de 26,89%, com a criação de 1043 novos postos de trabalho.
- Comércio, com uma variação positiva da ordem de 8,11% representando 842 novos postos de trabalho.
- O setor de serviços apresentou uma pequena variação em relação à 2003, da ordem de 2,19%, o que significou menos 281 postos de trabalho em 2004.
- Agropecuária com um saldo negativo em relação a 2004 da ordem de 8,64%.
- No geral, o mercado de trabalho local em 2004 teve um saldo positivo da ordem de 9,46% em relação ao de 2003.

4.5. Variações no fluxo de Janeiro e Março de 2005

Demonstrativo por período – 01/01/2005 a 31/03/05						
Fluxo	Atividades Econômicas					
	Ind	CCiv	Com	Serv	Agro	Total
Estoque Base para Recuperação : 01/01/2005	1888 4	5211	2278 7	4157 5	1205	8966 2
Estoque Recuperado Início do Período (01/01/2005)	1888 4	5211	2278 7	4157 5	1205	8966 2
Admissões						
Primeiro Emprego	217	44	376	575	14	1226
Reemprego	1118	971	2190	3145	84	7508
Transferências de Entrada	0	0	0	0	0	0
Totais de Admitidos	1335	1015	2566	372	98	8734
Desligamentos						
Dispensados	1223	1090	2604	2723	91	7736
Espontâneos	174	125	354	537	21	1211
Aposentados	12	2	3	24	0	41
Mortos	8	1	7	14	2	32
Transferências de Saída	0	0	0	0	0	0
Total de Desligados	1422	1218	2968	3298	114	9020
Indicadores						
Estoque Recuperado Final do Período (31/03/2005)	1879 7	5008	2238 5	4199 7	1189	8937 6
Variação Emprego Absoluta de 01/01/2005 à 31/03/2005	-87	-203	-402	422	-16	-286

Fonte: Perfil do Estabelecimento, Janeiro de 1997 a março de 2005/ Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2005, os dados foram computados até 31 de março e podemos afirmar:

- Que todas as atividades econômicas, com exceção do setor de serviços, tiveram um fluxo negativo em 2005, diferente dos resultados apresentados em 2004.

- A indústria demitiu 87 trabalhadores; a construção civil, 203; o comércio, 402; a agropecuária, 16.
- O setor de serviços contratou 422 novos postos de trabalho.
- No geral, tivemos nestes três primeiros meses uma variação absoluta e negativa da ordem de 286 postos de trabalho.

5. O PERFIL DO TRABALHADOR DO MERCADO FORMAL EM JUIZ DE FORA

Segundo dados oficiais fornecidos pelo IBGE, a população de Juiz de Fora em 2000 era de **456.796 habitantes**, sendo 217.411 homens, ou 47,59% e 239.385 mulheres ou 52,41%. A população urbana girava em torno de 453.002 habitantes ou 99,17% e a rural, em apenas 3.794 habitantes ou 0,83%.

No que se refere ao Mercado de Trabalho, os dados do IBGE apontam para uma **População em Idade Ativa (PIA)²** em torno de 384.741 habitantes.

Deste universo, a **População Economicamente Ativa³ (PEA)** neste período, foi da ordem de 215.755 (**10 até 60 anos**) e a **População Não Economicamente Ativa** compunha um total de 168.986 habitantes. Na faixa etária compreendida entre 0 a 4 anos, tínhamos um recorte na ordem de 35.027 habitantes e na faixa etária, entre 5 a 9 anos, um total de 37.028, perfazendo 72.055 habitantes que não foram incluídos no conceito de População Economicamente Ativa.

Tabela 10

DISTRIBUIÇÃO DA PIA POR FAIXA ETÁRIA	
Pessoas Residentes	Nº de Habitantes
10 a 19 anos de idade	81.787
20 a 29 anos de idade	76.654
30 a 39 anos de idade	73.742
40 a 49 anos de idade	63.678
50 a 59 anos de idade	40.606
60 anos ou mais de idade	48.274
Total	384.741

Fonte: IBGE, 2000

A análise do perfil da força de trabalho ocupada no setor formal de Juiz de Fora se baseia no cruzamento das informações sobre sexo, distribuição etária e nível de escolaridade, que permitem identificar algumas tendências presentes no mercado de trabalho local.

No que se tange às características analisadas, considerou-se a especificidade de gênero, pois esta irá condicionar as distintas alocações de homens e mulheres nas atividades econômicas. A força de trabalho foi segmentada em grupos etários, abrangendo o trabalho infantil e de adolescentes, os jovens trabalhadores, os trabalhadores adultos e maduros e os mais idosos.

² Segmento demográfico de um país definido a partir do critério etário, que serve de referência para exprimir o volume total da sua população que pode estar em posição de contribuir para a atividade econômica. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), utiliza como definição da PIA, o critério etário de 10 anos e mais, englobando todos os que se encontram na PEA (conjunto dos ocupados e desempregados) e os inativos (pessoas de 10 anos e mais que não estão ocupadas ou desocupadas). A PED parte do limite inferior de 10 anos, sabendo que está incluindo segmentos com idade abaixo da legalmente estipulada como mínima para trabalhar no país, porque considera ser necessário levar em conta a realidade social nela existente. A pesquisa Mensal de Emprego do IBGE inclui também, no conceito de PIA o conjunto formado pela soma da PEA e da População Não Economicamente Ativa. Seus dados, porém, referem-se às pessoas de 15 anos e mais de idade.

³ É a fração da população composta pelas pessoas ocupadas, compreendendo: a) as que, durante o período de referência, trabalharam; b) as que tinham trabalho, mas por qualquer motivo (férias, por exemplo) não trabalharam e c) as desocupadas (pessoas que não tinham trabalhado, mas estavam dispostas a fazê-lo, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva). Para a Pesquisa sobre Emprego e Desemprego realizada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e estudos Sócio-Econômicos) e a Fundação SEADE (Sistema Educacional de Análise de Dados), são consideradas participantes da PEA todas as pessoas com 10 anos ou mais que estão na situação acima descritas. Para a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) realizada pelo IBGE, são considerados membros da PEA todas as pessoas entre 10 e 65 anos.

Em relação ao nível de escolaridade distinguem-se: os trabalhadores analfabetos, os trabalhadores com escolaridade correspondente ao Ensino Fundamental incompleto e completo, ao Ensino Médio incompleto e completo e ao Superior incompleto e completo. No que tange aos setores de atividade econômica adotou-se a classificação dos subsetores do IBGE, num total de 25 atividades.

5.1. GÊNERO E PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE ECONÔMICA

Como é do conhecimento comum, a década de 1970 no país, foi marcada pela crescente incorporação das mulheres na força de trabalho.

O ritmo de crescimento econômico desse período favorecia a maior oferta de empregos enquanto deterioravam-se os salários reais, induzindo as mulheres a buscar a elevação da renda familiar.

Outros fatores relevantes foram o processo de urbanização, o planejamento familiar, a ampliação do nível de escolaridade, as transformações no núcleo familiar e os questionamentos do papel social da mulher promovido por entidades feministas.

Estudos têm apontado a presença cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho formal. Em 2001 observou-se, que do Universo de novos postos de trabalho gerados, 38.956 foram ocupados por mulheres e 59.397 ocupados por homens.

Em 2002 observou-se uma queda de 2.318 postos de trabalho em relação ao ano de 2001. Comparativamente, em termos absolutos, houve uma queda no número geral de ocupações. Contudo, a participação das mulheres, em termos relativos, aumentou de 39,61% para 40%.

Já em 2003, **57193 postos de trabalho eram ocupados por homens e 38.845 por mulheres, o que continuava representando um índice na ordem de 40,44%.**

Porém, alguns subsetores das atividades econômicas foram mais significativos à presença da força de trabalho feminina. Para citar alguns:

- **O subsetor Indústria Têxtil**, onde em 2001 registrou 4.045 postos de trabalho contra 1.738 ocupações masculinas. Em 2002, neste mesmo segmento, o número de ocupações femininas girava em torno de 3.910, frente aos 1.687 postos masculinos. Em 2003, a presença das mulheres na indústria têxtil era de 3582 frente aos 1556 postos de trabalho ocupados por homens.
- **O Comércio Varejista** também apresentou números significativos neste mesmo período, correspondendo a 41,37% do total da força de trabalho em 2001 e 42,07% do total da força de trabalho na mesma atividade em 2002. Já em 2003, os postos de trabalho ocupados por mulheres neste segmento eram da ordem de 8404, o que representava 31,92%.
- Outro segmento de destaque para a presença da mão de obra feminina foi o de **serviços de alojamento, alimentação e reparação**, com 6222 postos de trabalho, isto é, 10,05%, ante a presença de 5654 postos de trabalho preenchidos por homens.
- **Administração Pública** contou com 5694 postos de trabalho feminino contra 4530 masculinos.
- Vale ressaltar, que as **Instituições Financeiras** tiveram um crescimento no número de postos de trabalho com a participação feminina em 2003, na ordem de 3,63%.

A **participação masculina**, embora predominante no conjunto das atividades econômicas, vem reduzindo sua participação no mercado formal. Em 2001 era de 59.397; em 2002, 7617 e 2003 passou para 57193. Portanto, uma variação negativa da ordem de 0,74% em 2003 e 3,09% em 2002.

Podemos concluir que em 2001 a participação masculina foi de 60,39% dos homens no mercado de trabalho formal, contra 39,61% das mulheres. Em 2002, a participação feminina aumentou, mesmo se levarmos em consideração a queda de 2.318 postos de trabalho neste período, passando para 40% da força de trabalho empregada. Em 2003, a presença da força de trabalho masculina era da ordem de 59,55% para 40,45% para as mulheres.

Tabela 11

GÊNERO E PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE ECONÔMICA									
Atividade Econômica	2001			2002			2003		
	Masculino	Feminino	Total 2001	Masculino	Feminino	Total 2002	Masculino	Feminino	Total 2003
Extr Mineral	96	12	108	69	5	74	66	4	70
Min não Met	255	29	284	224	31	255	194	30	224
Ind Metalúrgica	2320	209	2529	2145	188	2333	2.110	165	2.275
Ind Mecânica	370	70	440	391	85	476	372	73	445
Elet e Comun	76	17	93	81	17	98	86	15	101
Mat Transp	1467	192	1659	1062	167	1229	1.077	173	1.250
Mad e Mobil	493	69	562	535	46	581	322	42	364
Papel e Graf	1212	317	1529	1256	304	1560	1.231	344	1.575
Bor Fum Cour	1084	316	1400	1110	307	1417	1.083	281	1.364
Ind Quimica	784	455	1239	863	467	1330	902	487	1.389
Ind Textil	1738	4045	5783	1687	3910	5597	1.556	3.582	5.138
Ind Calçados	107	74	181	128	94	222	149	94	243
Alim e Beb	1447	736	2183	1522	718	2240	1.554	693	2.247
Ser Util Pub	1215	230	1445	1429	267	1696	1.402	282	1.684
Constr Civil	5034	273	5307	4254	235	4489	3.969	192	4.161
Com Varejista	10557	7450	18007	11054	8027	19081	11.087	8.404	19.491
Com Atacadista	1867	513	2380	1748	566	2314	1.749	636	2.385
Inst Financ	940	816	1756	878	905	1783	881	913	1.794
Adm Tec Prof	6088	3348	9436	5512	2862	8374	5.717	3.077	8.794
Tran E Comun	7199	740	7939	7554	715	8269	6.907	632	7.539
Aloj Comunic	5686	6258	11944	5602	6068	11670	5.654	6.222	11.876
Med Odon Vet	1416	4337	5753	1455	4445	5900	1.448	4.379	5.827
Ensino	1502	1929	3431	1605	2168	3773	1.906	2.349	4.255
Adm Publica	5101	6392	11493	4123	5691	9814	4.530	5.694	10.224
Agricultura	1343	129	1472	1330	130	1460	1.241	82	1.323
TOTAL GERAL	59397	38956	98353	57617	38418	96035	57.193	38.845	96.038

Fonte: Rais Trabalhador, 2001, 2002 e 2003.

5.2. DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS EMPREGADOS NO MERCADO FORMAL

O mercado de trabalho formal de Juiz de Fora tem mostrado preferência por trabalhadores na **faixa etária de 30 a 39 anos**, seguindo uma tendência que se manifesta em razão da implantação de inovações produtivas e gerenciais, valendo-se principalmente da experiência de trabalho. A presença desta força de trabalho foi: em 2001 da ordem de 30,46%; em 2002, de 29,96% e em 2003, da ordem de 29,48%.

Veja tabela 12

Distribuição Etária						
Faixa Etária	2001	%	2002	%	2003	%
10 a 14 anos	04	0,004	20	0,02%	0	0
15 a 17 anos	1.452	1,47	1.237	1,29	1279	1,33
18 a 24 anos	18.806	19,12	18.135	18,88	17.181	17,90
25 a 29 anos	15.366	15,62	15.221	15,85	15.469	16,11
30 a 39 anos	29.959	30,46	28.771	29,96	28.307	29,48
40 a 49 anos	22.251	22,62	22.121	23,03	22.708	23,64
50 a 64 anos	9.748	9,91	9.801	10,21	10.359	10,77
65 ou mais	742	0,75	702	0,73	735	0,77
Ignorado	25	0,025	27	0,03	0	0
Total Geral	98.353	100%	96.035	100%	96.038	100%

Fonte: RAIS Trabalhador 2001, 2002, 2003 – Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2001, os trabalhadores ocupados **com até 24 anos** correspondiam a 20,59% da força de trabalho no mercado formal; em 2002 representava 20,19% e em 2003, a participação desta faixa etária já era de 19,23%; o que significa que a força de trabalho local vem “envelhecendo” silenciosamente.

Os trabalhadores entre **25 a 39 anos**, embora tenham sofrido um pequeno decréscimo na ordem de 3,03 pontos percentuais (- 3,03%) em sua participação no período correspondente, passando de 46,08% em 2001 para 45,81% em 2002, representavam a parcela mais significativa dos assalariados formais. Em 2003, o conjunto da força de trabalho entre 25 a 39 anos era da ordem de 45,59%.

Em conjunto com os trabalhadores da faixa etária de 40 a 49 anos, perfaziam 68,84% da força de trabalho em 2002 e em 2003, 69,23%.

O trabalho infantil, na faixa etária compreendida entre **10 a 14 anos**, ainda se encontra presente em Juiz de Fora, significando 0,004% do total da força de trabalho ocupada no mercado formal em 2001 e 0,02% em 2002.⁴ Em 2003, não houve registro deste contingente .

Segundo dados da RAIS Trabalhador de 2002, os subsetores Comércio Atacadista/Varejista, seguidos pelo setor de serviços, concentravam o maior contingente de trabalhadores infantis, ocupando 0,015% e 0,005% da mão de obra na faixa etária entre 10 à 14 ano, respectivamente. Inegavelmente, como se constata nos dados acima, o trabalho infantil vem declinando em todos os setores de atividades em Juiz de Fora, mas ainda não foi totalmente erradicado. Isto pressupõe a necessidade de intensificar os esforços, no sentido de incentivar a permanência na escola das crianças de baixa renda com estímulo às famílias, através de programas de renda mínima ou outras variantes, como forma de evitar a exploração do trabalho infantil e a perpetuação das condições de pobreza de parte significativa da população.

Os **trabalhadores adolescentes (15 a 17 anos)** também vêm tendo sua participação reduzida em todos os setores de atividades econômicas. Em 2001 representavam 1,47%; em 2002, sua participação caiu para 1,29%% no conjunto da força de trabalho e em 2003 para 1,33% do universo total da força de trabalho do mercado formal. A exemplo do que ocorre com o trabalho infantil, concentra-se nos subsetores de serviços, comércio e pela indústria.

Em relação aos **trabalhadores jovens (18 a 24 anos)**, observamos uma redução de sua participação no mercado de trabalho formal de 2001 para 2002, na ordem de 671 postos de trabalho. O subsetor com queda mais significativa foi o de serviços, com a queda de 554 postos de trabalho entre 2001 e 2002. A indústria, em especial o segmento de papel/papelão/gráfico, bem como, o subsetor têxtil/ vestuário, foram os setores que mostraram crescimento positivo para esta faixa etária, no mesmo período, com 183 e 125, novos postos de trabalho, respectivamente. Já em 2003, a participação deste segmento foi da ordem de 17,89%, concentrando sua atuação no comércio com 39,26%.

Uma ressalva quanto à baixa inserção produtiva dos jovens na faixa etária compreendida entre 17 a 24 anos no mercado de trabalho. Vários fatores poderiam ser apontados para explicar tal gargalo: baixo dinamismo econômico que vem impedindo a criação de novos postos de trabalho que são necessários à inserção destes jovens, a pouca experiência anterior de trabalho e baixa escolaridade.

Tais condições precisam ser preenchidas. Neste contexto, as chances do jovem encontrar uma oportunidade de trabalho têm sido escassas, levando-o a aprender, fora da escola, uma nova lição acerca da difícil realidade do mercado de trabalho. O desempenho medíocre do mercado de trabalho acirrou fortemente a competição pelas poucas oportunidades de trabalho, fazendo com que o jovem se torne a principal vítima.

⁴ Acreditamos, porém que estes dados possam apresentar imprecisões; uma vez que levamos em consideração a efetividade da fiscalização do Ministério do Trabalho que coíbe, em nosso município, o trabalho infantil, através de rigorosa fiscalização.

As medidas relativas ao primeiro emprego, embora existentes, são insuficientes e, muitas vezes, inadequadas para dar conta de uma nova realidade de mudança que favoreça a entrada do jovem no mercado de trabalho.

É fundamental promover a experiência do jovem para sua inserção no mercado formal de trabalho, motivando o estudante para sua permanência na escola, elevando os níveis de escolaridade e reduzindo seu tempo de exposição a riscos sociais.

No que se refere aos trabalhadores entre **40 a 49 anos** registrou-se um crescimento positivo desta faixa etária na ordem de 5,66% no Comércio, seguido pela Indústria, com 1,36% no mesmo período. Já os setores da construção civil e do subsetor de serviços, apresentaram uma queda na participação desta faixa etária, respectivamente na ordem de 3,51% e 2,84%. Em **2003**, a participação deste público alvo foi de 23,65% em todo o mercado de trabalho, com uma presença maior no segmento de serviços, isto é, na ordem de 63,87%.

Já os trabalhadores **com 50 anos e mais** tiveram uma participação de 11,55% em 2003.

5.3. NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS EMPREGADOS NO MERCADO FORMAL.

Ao focalizar a atenção nas taxas de participação dos níveis de escolaridade em cada um dos setores de atividade econômica, constata-se que as oportunidades dos indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos tendem a tornar-se cada vez mais restrita na busca e na manutenção do emprego formal.

Em 2001, 31,27% do conjunto da força de trabalho consistia em trabalhadores com **escolaridade inferior ao Ensino Fundamental** ou 1º grau completo, isto é, **com menos de 08 anos**. Já em 2002, este número passou para 29,09%. Em 2003, este índice foi para 27,21%, representando um ganho de 4,06%.

As empresas têm sido bastante seletivas em relação à educação do trabalhador. A escolaridade, na ótica da empresa, é tanto condição de melhor desempenho profissional como tem sido considerada a base que propicia o desenvolvimento de uma nova mentalidade e, particularmente, de atitudes mais receptivas às mudanças. Neste particular, ressaltamos infelizmente, a **presença de trabalhadores analfabetos** no mercado de trabalho local, apesar dos grandes esforços do Poder Público em erradicar tal fenômeno.

Tabela 13

Escolaridade do Trabalhador						
Nível de Escolaridade	2001	%	2002	%	2003	%
Analfabeto	498	0,51	429	0,45	281	0,29
Ensino Fundamental Incompleto	30.752	31,27	27.932	29,09	26.130	27,21
Ensino Fundamental Completo	21.572	21,93	20.542	21,39	19.780	20,60
Ensino Médio Incompleto	7.416	7,54	7.680	7,99	8.088	8,42
Ensino Médio Completo	23.577	23,97	24.821	25,85	25.386	26,43
Superior Incompleto	3.457	3,51	3.142	3,27	2.889	3,01
Superior Completo	11.081	11,27	11.489	11,96	13.484	14,04
Total	98.353	100%	96.035	100%	96. 038	100%

Fonte: Rais Trabalhador, 2001,2002 e 2003 – Ministério do Trabalho e Emprego.

Como podemos observar, em 2001 os **analfabetos** compunham 0,51% do universo da força de trabalho, isto é, 498 trabalhadores. Já em 2002, este número reduziu para 429 trabalhadores, ou 0,45% da ocupação produtiva local. E em 2003, caiu para 0,29%, isto é, 281 trabalhadores. A variação foi positiva nestes dois anos, com um ganho de 0,22%. No entanto, esforços ainda serão precisos para erradicar o analfabetismo em Juiz de Fora.

Já os empregados com o **1º grau completo, isto é, com 08 anos de estudos completos**, registraram sua participação no período referente à 2001 de 21,93% para 21,39% em 2002 e 20,60% em 2003.

Os trabalhadores com o **Ensino Médio incompleto e completo**, que representavam 31,51% em 2001, passaram a significar 33,84% da força de trabalho em 2002. Em 2003, sua participação era da ordem de 34,85%, portanto, um aumento na participação dos trabalhadores de Ensino Médio no mercado de trabalho formal, da ordem de 1,01%.

A força de trabalho com **curso superior** ainda constitui minoria no conjunto total de trabalhadores, embora tenha aumentado a sua participação no período, que passou de 11,27% em 2001 para 11,96% em 2002 e para 14,04% em 2003, portanto, um aumento na escolaridade do trabalhador com nível superior da ordem de 2,77%.

Ao compararmos os dados da Rais Trabalhador, no período compreendido entre 1990 a 1998, com os dados da Rais Trabalhador 2001/2003, pode-se concluir com entusiasmo, que a escolaridade do trabalhador deste território, vem aumentando ao longo do tempo.

Vejamos a tabela abaixo: **Tabela 14**

Nível de escolaridade do Trabalhador					
Nível de Escolaridade	1990	1998	2001	2002	2003
Analfabeto	1,29%	0,73%	0,51	0,45	0,29
Ensino Fundamental Incompleto	53,07%	42,71%	31,27	29,09	27,21
Ensino Fundamental Completo	18,6%	23,15%	21,93	21,39	20,60
Ensino Médio Incompleto	6,30%	6,75%	7,54	7,99	8,42
Ensino Médio Completo	12,50%	17,16%	23,97	25,85	26,43
Superior Incompleto	2,29%	2,18%	3,51	3,27	3,01
Superior Completo	0,59%	7,19%	11,27	11,96	14,04
Ignorado	5,36%	0,13%	0	0	0

Fonte: RAIS Trabalhador: 1990/1998/2001/2002/2003. Ministério do Trabalho e Emprego.

O índice de analfabetismo vem caindo ao longo destes anos: de 1,29% em 1990 para 0,29% em 2003. O grupo que representa os trabalhadores com menos de 08 anos de estudo, isto é, o Ensino Fundamental Incompleto também se reduziu, caindo de 53,07% em 1990 para 27,21% em 2003. Um ganho de aproximadamente 25,86% no nível de escolaridade básica, tão exigido pelo mercado produtivo.

Já os trabalhadores com 08 anos de estudos completos, subiu de 18,6% para 20,60% em 2003 no mesmo período de comparação.

Os trabalhadores de Ensino Médio, isto é, com 11 anos de estudos completos, subiu de 12,50% em 1990, para 26,43% em 2003. O número de trabalhadores com nível superior também aumentou, passando de 0,59% em 1990 para 14,04% em 2003.

Portanto, um aumento substancial na escolaridade da força de trabalho da cidade, correspondendo de forma positiva as intervenções do Poder Público e da iniciativa privada para erradicar o analfabetismo e aumentar a escolaridade dos trabalhadores.

→ Onde se concentram estes trabalhadores? Em que atividades econômicas estão inseridos?

Os trabalhadores analfabetos ou 0,29% do total da força de trabalho em 2003, estavam distribuídos pelos seguintes segmentos econômicos:

- 89 trabalhadores estavam concentrados no setor de serviços, representando 0,09%;
- 81 trabalhadores, ou 0,08% estão na agropecuária;
- 69 trabalhadores analfabetos, ou, 0,07% estavam na atividade industrial;
- 32 ou 0,03% estavam na construção civil;
- E apenas 10 trabalhadores, isto é, 0,01% estavam lotados no comércio.

Os trabalhadores com menos de 08 anos de estudos ou 27,21% do total da força de trabalho em 2003, estavam assim distribuídos:

- 12.153 trabalhadores com menos de 8 anos de estudos, representando 12,65% do universo do mercado de trabalho formal, estavam concentrados no segmento de serviços;
- 5,75% ou 5.525 trabalhadores com menos de 8 anos de estudo estavam concentrados em 2003 na indústria;
- 4.882 trabalhadores ou 5,08% estavam no comércio;
- 2.537 ou 2,64% estavam na construção civil, e;
- 1.033, isto é, 1,08% estavam concentrados na agropecuária.

Os trabalhadores com 08 anos de escolaridade, isto é, com o 1º grau completo, representando 20,60% do total da força de trabalho em 2003, estavam distribuídos pelos seguintes segmentos:

- 8.549 ou 8,90% dos trabalhadores estavam concentrados no segmento de serviços;
- 5.684 trabalhadores, ou o seu equivalente, 5,92% estavam no comércio;
- 4.615 estavam na indústria, isto é, 4,81%;
- 801 na construção civil, ou seja, 0,83% e apenas;
- 131 ou 0,14% na agropecuária.

Trabalhadores com mais de 08 e menos de 11 anos de escolaridade, isto é, 2º grau incompleto, representando 8,42% do total da força de trabalho em 2003, estavam distribuídos pelos seguintes segmentos econômicos:

- 3.375 ou 3,51% dos trabalhadores com Ensino Médio Incompleto estavam concentrados no setor de serviços;
- 2.797 trabalhadores, ou o seu equivalente 2,91% estavam no comércio, e;
- 1.670 na indústria, isto é, 1,74%.

Os trabalhadores com 11 anos de estudo, isto é, com o 2º grau completo ou 26,43% do total da força de trabalho em 2003 estavam distribuídos pelos seguintes setores:

- 12.044 ou 12,54% dos trabalhadores com 11 anos de estudos completos, estavam concentrados no segmento de serviços;
- 7.612 ou 7,93% no comércio;
- 5.275 trabalhadores com 11 anos de estudo, ou 5,49% estavam lotados na indústria.

Os trabalhadores com o ensino superior completo, ou 14,04% da força de trabalho estava assim distribuída em 2003:

- 12.005 no setor de serviços, ou, 12,50%;
- 839 ou 0,87% na indústria;
- 508 trabalhadores, isto é, 0,53% no comércio.

5.4. ESCOLARIDADE POR GÊNERO

Com relação a variável **escolaridade x gênero**, podemos observar que:

- 1) Com relação ao **Ensino Fundamental Completo**, isto é, com 08 anos de escolaridade, temos os seguintes registros: Em **2002**, a participação das mulheres com 8 anos de estudos era de 35,98%, contra 64,02% para os homens. Em **2003**, a participação feminina com este perfil subiu para 36,31%, uma variação positiva de 0,33%, contra 63,69% da força de trabalho masculina para o mesmo item.
- 2) Com relação ao **Ensino Médio Completo**, os percentuais entre homens e mulheres, nos 02 anos comparativos, estão muito equilibrados. Enquanto, 49,95% das mulheres completaram o Ensino Médio em 2002; 50,05% dos homens o fizeram. Já em 2003, tivemos 48,67% da participação feminina no nível de escolaridade média completa, contra 51,33% da participação masculina.
- 3) Com relação **Ensino Superior Completo**, tivemos: em 2002: 55,92% das mulheres possuíam escolaridade superior completo, contra 44,08% dos homens. Esta performance aumentou em 2003, com 58,27% das mulheres com escolaridade superior contra 41,73% dos homens
- 4) Podemos então afirmar que: a) no que se refere ao **Ensino Fundamental Completo** ou o seu equivalente em 08 anos de estudos, a presença masculina foi bem maior que a feminina, isto é, 64,01% em 2002 e 63,69% em 2003; b) as mulheres, com nível **superior completo** que estavam inseridas no mercado de trabalho formal, em 2003, ultrapassaram a presença masculina em 16,54% em 2003; 3) a análise de escolaridade por gênero, acusa ainda, um maior **índice de analfabetismo** entre os homens. Isto representa, 75,99% em 2002 e 77,94% em 2003.

Tabela 15

Escolaridade x Gênero										
Nível de Escolaridade	2002					2003				
	MASC	%	FEM	%	TOTAL	MASC	%	FEM	%	TOTAL
Analfabeto	326	0,34	103	0,10	429	219	0,22	62	0,06	281
Ensino Fund. Incompleto	20.607	21,46	7.325	7,63	27.932	19.401	20,20	6.729	7,01	26.130
Ensino Fundamental Completo	13.150	13,69	7.392	7,70	20.542	12.597	13,12	7.183	7,48	19.780
Ensino Médio Incompleto	4.705	4,90	2.975	3,10	7.680	4.928	5,13	3.160	3,29	8.088
Ensino Médio Completo	12.423	12,94	12.398	12,91	24.821	13.030	13,57	12.356	12,87	25.386
Superior Incompleto	1.342	1,40	1.800	1,87	3.142	1.391	1,45	1.498	1,56	2.889
Superior Completo	5.064	5,27	6.425	6,69	11.489	5.627	5,86	7.857	8,18	13.484
Total	57.617	60	38.418	40	96.035	57.193	59,55	38.845	40,45	96.038

o
n
t
e
:

Rais Trabalhador 2002 e 2003 – Ministério do Trabalho e Emprego

5.5. GÊNERO E FAIXA REMUNERAÇÃO MÉDIA

Tabela 16

Faixa Remuneração Média (em Salários Mínimos)	2001			2003		
	MASC	FEM	TOTAL	MASC	FEM	TOTAL
Até 0,50	218	148	366	375	258	633
0,51 a 1,00	2.044	2.013	4.057	2.045	1.983	4.028
1,01 a 1,50	11.811	11.892	23.703	15.138	14.947	30.085
1,51 a 2,00	11.947	8.664	20.611	12.102	6.999	19.101
2,01 a 3,00	12.412	5.300	17.712	9.916	4.911	14.827
3,01 a 4,00	6.030	2.763	8.793	5.060	2.591	7.651
4,01 a 5,00	3.948	2.080	6.028	3.347	1.732	5.079
5,01 a 7,00	3.989	2.491	6.480	3.415	2.309	5.724
7,01 a 10,00	2.923	1.631	4.554	2.624	1.408	4.032
10,01 a 15,00	2.098	1.049	3.147	1.672	963	2.635
15,01 a 20,00	812	483	1.295	646	399	1.045
Mais de 20,00	1.075	368	1.443	707	246	953
Ignorado	90	74	164	146	99	245
Total Geral	59.397	38.956	98.353	57.193	38.845	96.038

Fonte: RAIS Trabalhador, 2001 e 2003. Ministério do Trabalho e Renda.

Pela tabela 16, podemos observar que em **2001**, 366 trabalhadores ou 0,37% ganhavam, no “mercado formal e, portanto, de carteira assinada e com todos os direitos trabalhistas garantidos em Lei”, **até 0,50 salário mínimo**. Em **2003**, este número aumentou para 0,66% ou 633 trabalhadores. Deste total em 2001: 40,44% eram compostos de mulheres e 59,56% de homens e em 2003, este percentual passou para 40,76% (mulheres) e 59,24% (homens). A atividade econômica que mais concentrou trabalhadores em 2003 nesta faixa de remuneração foi a de *Serviços* com a presença de 462 trabalhadores, seguida pelo *Comércio*, com 109 trabalhadores.

No que concerne aos ganhos referentes a **0,51 a 1,00 Salário Mínimo** tivemos em **2001**: 4,12% do total da força de trabalho e em **2003**, 4,19%. Deste total em 2001, tivemos 50,38% de homens e 49,62% de mulheres ganhando de 0,51 a 1,00 salário mínimo. Em 2003, esta composição girava em torno de 49,23% para as mulheres e 50,77% para os homens. A atividade econômica mais presente neste intervalo foi também a de *Serviços* com 2479 trabalhadores, seguida também pelo *Comércio*, com 720 trabalhadores.

Em **2001**, tivemos 45,05% do total da força de trabalho ganhando de **1,01 a 2,00 salários mínimos** e em **2003**, 51,22% do total dos trabalhadores. Deste universo, em 2001, 53,61% compostos por homens e 46,39% por mulheres. Em 2003, esta composição ficou em 55,38% para os homens e 44,62% para as mulheres. Nesta

faixa de remuneração, encontra-se o Segmento de serviços, com 19.466 trabalhadores e o comércio, logo a seguida, com 16.487 trabalhadores.

De 2,01 a 3,00 salários mínimos. Em **2001**, 18,01% do total da força de trabalho ganhando entre 2,01 a 3,00 salários mínimos. Em **2003**, este patamar passou para 15,44%, isto é, houve uma variação de 2,57% daqueles trabalhadores que ganhavam nesta faixa de remuneração. Deste total, 33,12% das mulheres ganhavam até 3 salários mínimos ante a presença de 66,88% para os homens. O segmento de serviços concentra o maior número de trabalhadores com este perfil, 8.5878 trabalhadores, seguido pela indústria com 2774 trabalhadores, e logo em seguida pelo comércio com 2.596 trabalhadores ganhando esta faixa de remuneração.

De 3,01 a 4,00 salários mínimos, tivemos em **2001**: 8,94% do total da força de trabalho ganhando nesta faixa de remuneração. Do total, 68,58% eram homens e 31,42% eram mulheres. Em **2003**, 7,97% do total da força de trabalho do ano ganhavam entre 3,01 a 4 salários mínimos, o que corresponde a uma redução do número de trabalhadores na ordem de 0,97%, sendo 66,14% compostos de homens e 33,86% eram mulheres. Nesta faixa de remuneração, tivemos em **2003**, 5222 trabalhadores nos diversos segmentos de serviços; seguido pela indústria com 1361 trabalhadores.

De 4,01 a 5,00 salários mínimos, tivemos um universo de 6,13% em **2001** e 5,29% em 2003. Os homens continuam a manter a tendência de ganhos maiores que as mulheres para o mesmo trabalho, nesta faixa de remuneração. Em **2001**, 65,49% dos homens e 34,51% das mulheres ganhavam entre 4 a 5 salários mínimos. Em 2003, 65,90% do sexo masculino e 34,10% do sexo feminino, ganhavam neste de 4 a 5 salários mínimos. Aqui, vamos encontrar as mesmas atividades acima descritas – Serviços, com 3422 trabalhadores e 1123 na indústria.

No intervalo compreendido entre **5,01 a 7,00 salários mínimos,** tivemos no ano de 2001 6,59% da força de trabalho com este registro. Deste total, 61,56% eram compostos por homens e 38,44% pela força de trabalho feminina. Em 2002, o universo total desta faixa de remuneração, foi para 6,09%. Deste total, 59,97% formavam a composição masculina, enquanto, 40,03% eram de mulheres. O destaque aqui vai para o subsetor *Administração Pública* com 1.828 postos de trabalho ou 31,21%, seguido pelo subsetor *Transporte e Comunicação*, com 742 postos de trabalho ou o seu equivalente em 12,67%.

No intervalo entre **7,01 a 10,00 salários mínimos,** tivemos uma participação geral da força de trabalho em 2001 na ordem de 4,63% e em 2003, 5,96%. A participação masculina nesta faixa de remuneração continuou apontando para a tendência até aqui registrada, isto é, que os homens ganham mais que as mulheres, mesmo desenvolvendo as mesmas funções e estando nas mesmas atividades econômicas. Em **2001**, a participação masculina, foi da ordem de 64,19% e das mulheres, 35,81%. Em **2003**, 59,66% eram ganhos masculinos, enquanto 40,34% eram ganhos femininos. Repetem-se as mesmas atividades econômicas nesta faixa de remuneração, isto é, Serviços com 4.079 ocupações; seguida pela indústria, com 1.119 trabalhadores empregados.

Entre **10,01 a 15,00 salários mínimos,** tivemos uma participação total da força de trabalho na ordem de 3,20% em 2001 e de 2,74% em 2003, onde a participação

masculina foi de 63,45% e das mulheres, na ordem de 36,55%. As atividades econômicas aqui registradas foram Serviços, com 869 trabalhadores e pela indústria, com 158.

Na faixa de remuneração **acima de 15,01 salários mínimos**, a participação da força de trabalho foi da ordem de 2,78% em 2001 e de 2,08% em 2003. Deste total, em 2001, tivemos a participação da força de trabalho masculina na faixa de remuneração acima de 15,01 salários mínimos, da ordem de 68,92% e das mulheres na ordem de 31,08%. Em 2003 este percentual estava respectivamente em 67,71% e 32,29%. Acima de 15,01 salários mínimos, a RAIS Trabalhador registrou o predomínio do segmento de serviços, seguido pela indústria.

Tabela 17

CONSOLIDADO: REMUNERAÇÃO MÉDIA X SUBSETORES	
FX REM MÉDIA (SM)	SUBSETORES, SEGUNDO O IBGE.
Até 0,50	Serviços de Alojamento e Alimentação, Reparação e Manutenção. Comércio Varejista
0,51 a 1,00	Serviços de Alojamento e Alimentação, Reparação e Manutenção. Comércio Varejista
1,01 a 2,00	Comércio Varejista Indústria Têxtil e do Vestuário
2,01 a 3,00	Comércio Varejista Comércio e Administração de Imóveis
3,01 a 4,00	Transporte e Comunicação Administração Pública
4,01 a 5,00	Transporte e Comunicação Administração Pública
5,01 a 7,00	Administração Pública Transporte e Comunicação
7,01 a 10,00	Administração Pública Transporte e Comunicação
10,01 a 15,00	Administração Pública Indústria Metalúrgica
Acima de 15,01	Administração Pública Instituições de Crédito e Finanças

Fonte: RAIS Trabalhador, 2003. Ministério do Trabalho e Emprego

Portanto, os segmentos econômicos que melhor remuneraram a força de trabalho inserida no mercado de trabalho formal em Juiz de Fora, foram: Transporte e Comunicação, Administração Pública, Indústria Metalúrgica e Instituições de Crédito e Finanças.

5.6. FAIXA DE TEMPO EMPREGADA NO MERCADO FORMAL

Tabela 18

FAIXA DE TEMPO EMPREGADA POR GÊNERO					
FX TEMPO	MASC	%	FEM	%	TOTAL
Até 2,9 meses	5.673	62,19	3.449	37,81	9.122
De 3,0 a 5,9 meses	4.757	60,71 %	3.079	39,29	7.836
De 6,0 a 11,9 meses	7.460	60,62	4.847	39,38	12.307
De 12,0 a 23,9 meses	8.610	57,50	6.364	42,50	14.974
De 24,0 a 35,9 meses	5.865	58,87	4.097	41,13	9.962
De 36,0 a 59,9 meses	8.190	60,64	5.315	39,36	13.505
De 60,0 a 119,9 meses	8.482	59,83	5.696	40,17	14.178
De 120 ou mais	8.577	60,64	5.567	39,36	14.144
Total Geral	57.617	60,00	38.418	40,00	96.035

Fonte: Rais Trabalhador, 2002. Ministério do Trabalho e Emprego

Pelos dados da Rais Trabalhador de 2002, podemos observar que a permanência dos homens no mercado de trabalho são os dados mais relevantes da tabela 14. Enquanto a média de permanência do sexo masculino no mercado de trabalho, por exemplo, ficou em torno de 60%, o das mulheres atingiu 40%, para todas as faixas de tempo, que vão desde 3 meses no mercado de trabalho até 10 anos ou mais.

5.7. NÚMERO DE VÍNCULOS ATIVOS POR SUBSETOR DO IBGE

Pelos dados da **RAIS Estabelecimento de 2003**, apresentados na tabela 19, a maior concentração de trabalhadores com vínculos ativos estão no *Comércio Varejista* com 19.491 trabalhadores ou seu equivalente em 20,30%, seguido pelo segmento de *Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação e Manutenção*, com 11.876 trabalhadores ou 12,37%. Logo em seguida, temos o registro de 10.224 trabalhadores concentrados na *Administração Pública Direta e Autarquia*, ou 10,65%, seguido pelo segmento de *Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários*, com 5.827 trabalhadores ativos ou 6,08%.

A *Indústria Têxtil e do Vestuário* também apresenta uma expressiva concentração de trabalhadores, o que confirma Juiz de Fora como pólo regional no setor de malharia e vestuário da região da Zona da Mata Mineira. Estão presentes neste segmento, 5.138 trabalhadores, ou 5,35%.

Os segmentos que menos expressam uma concentração de trabalhadores estão: na *Extrativa Mineral*, com 70 postos de trabalho, num total de 0,07%; *Indústria do Material Elétrico e de Comunicações*, com 101 ocupações ou 0,11%, seguida pela *Indústria de Calçados*, com 243 trabalhadores ou 0,25%.

SUBSETOR DE ATIVIDADES IBGE	ATE 4	DE 5 A 9	DE 10 A 19	DE 20 A 49	DE 50 A 99	DE 100 A 249	DE 250 A 499	DE 500 A 999	1000 OU MAIS	Total
	ESTOQUE									
Extrativa mineral	14	5	31	20	0	0	0	0	0	70
Indústria de produtos minerais não metálicos	45	87	45	47	0	0	0	0	0	224
Indústria metalúrgica	111	110	113	234	275	102	405	925	0	2.275
Indústria mecânica	25	31	58	28	138	165	0	0	0	445
Indústria do material elétrico e de comunicações	24	13	0	0	64	0	0	0	0	101
Indústria do material de transporte	4	18	60	57	0	0	0	0	1.111	1.250
Indústria da madeira e do mobiliário	65	84	45	91	79	0	0	0	0	364
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	96	151	146	129	117	170	766	0	0	1.575
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	33	77	111	69	185	0	0	889	0	1.364
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumar	61	120	215	316	195	482	0	0	0	1.389
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	485	700	995	1.065	358	1.282	253	0	0	5.138
Indústria de calçados	14	22	50	51	0	106	0	0	0	243
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.	233	305	298	510	604	297	0	0	0	2.247
Serviços industriais de utilidade pública	0	0	12	0	0	0	0	1.672	0	1.684
Construção civil	455	624	508	803	574	839	358	0	0	4.161
Comércio varejista	5.098	4.519	3.479	2.192	2.045	1.027	1.131	0	0	19.491
Comércio atacadista	423	427	399	770	228	138	0	0	0	2.385
Instituições de crédito, seguro e capitalização.	80	170	294	590	305	355	0	0	0	1.794
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv.	1.843	1.991	1.155	840	645	896	260	0	1.164	8.794
Transportes e comunicações	367	393	387	507	568	1.466	1.326	1.175	1.350	7.539
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção,	1.829	1.652	1.905	1.837	821	898	645	0	2.289	11.876
Serviços médicos, odontológicos e veterinários.	1.026	443	387	461	474	1.189	738	0	1.109	5.827
Ensino	161	313	409	818	304	1.568	682	0	0	4.255
Administração pública direta e autárquica	18	6	0	22	160	924	726	0	8.368	10.224
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	836	203	94	72	0	118	0	0	0	1.323
Total	13.346	12.464	11.196	11.529	8.139	12.022	7.290	4.661	15.391	96.038

Segundo dados do IBGE, como estatísticas derivadas, podemos citar ainda:

- Média de pessoas ocupadas nas empresas atuantes: 6,62 pessoas ⁵.
- Média de pessoas ocupadas nas unidades locais: 6,26 pessoas.

- Média de pessoas ocupadas assalariadas nas empresas atuantes: 5,13 pessoas.
- Média de pessoas ocupadas assalariadas nas unidades locais: 4,86 pessoas.
- Salário médio mensal: 489,76.

- % de concentração de pessoas ocupadas nas 4 maiores empresas atuantes: 9,55 pessoas.
- % de concentração de pessoas ocupadas nas 8 maiores empresas atuantes: 13,55 pessoas.

- % de concentração de pessoas ocupadas nas 4 maiores unidades locais: 9,29 pessoas.
- % de concentração de pessoas ocupadas nas 8 maiores unidades locais: 12,70 pessoas.

- % de concentração de pessoas ocupadas assalariadas nas 4 maiores empresas atuantes: 12,31 pessoas.
- % de concentração de pessoas ocupadas assalariadas nas 8 maiores empresas atuantes: 17,46 pessoas.

- % de concentração de pessoas ocupadas assalariadas nas 4 maiores unidades locais: 11,98 pessoas.
- % de concentração de pessoas ocupadas assalariadas nas 8 maiores unidades locais: 16,37 pessoas.

- % de concentração de salários pagos no ano nas 4 maiores empresas atuantes: 27,79 salários.
- % de concentração de salários pagos no ano nas 8 maiores empresas atuantes: 35,42 salários.

- % de concentração de salários pagos no ano nas 4 maiores unidades locais: 26,91 salários.
- % de concentração de salários pagos no ano nas 8 maiores unidades locais: 32,89 salários.

⁵ Empresas atuantes são aquelas consideradas no seu todo. As Unidades Locais são aquelas consideradas como um sufixo do CNPJ, isto é, os dados são separados entre a Matriz e todas as filiais. A soma das Unidades Locais totaliza o número de Empresas Atuantes.

6. A ECONOMIA LOCAL – UMA BREVE APRESENTAÇÃO⁶

Diversos estudos destacam a tendência à desconcentração regional do desenvolvimento econômico no Brasil. O marco referencial reside no fato de que, desde a década de setenta, há um deslocamento de blocos de investimentos do eixo Rio-São Paulo para outras regiões do País. Com isso, são abertas progressivamente novas fronteiras de desenvolvimento, resultando em quedas acentuadas na participação de São Paulo e Rio de Janeiro no PIB do País, ao mesmo tempo em que estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia ampliam sua parcela de forma significativa.

Um outro aspecto deste processo consiste na idéia de que também surge a tendência para uma certa “interiorização” do desenvolvimento. Em termos resumidos, a tese é que em vários pontos do País, o crescimento econômico se irradia para além dos limites das capitais, possibilitando o surgimento de novos pólos de expansão, sobretudo em cidades de médio porte.

Contudo, é preciso notar que, se a partir da década de 1980, a velocidade deste processo parece reduzir-se fortemente. A série produzida pelo IBGE para o PIB regional, abrangendo o período entre 1985 e 1998, revela que enquanto São Paulo teve sua parcela reduzida de 36,1% para 35,5%, Minas Gerais aumenta sua participação de 9,6% para 9,8%. Vale dizer: são alterações pequenas, o que fica mais nítido com os dois gráficos a seguir.

Dentro deste contexto, tem-se que Juiz de Fora vem aumentando sua participação no PIB de Minas Gerais e, conseqüentemente, no PIB nacional. Considerando-se a série disponível, que abrange o período entre 1985 e 1997, pode-se observar que Juiz de Fora apresenta um leve crescimento de sua parcela no PIB mineiro, de 3,06% para 3,25%. No mesmo sentido, situa-se o setor industrial do Município, cuja participação no produto da indústria de Minas Gerais cresce de 3,3% para 3,57%.

6.1. COMPOSIÇÃO DO PRODUTO E PERFIL DINÂMICO

Com base nos últimos dados disponíveis referentes ao ano de 1997 e, também, nas informações atualizadas para as taxas de inflação e de crescimento do PIB brasileiro, pode-se inferir que o PIB de Juiz de Fora alcançou algo em torno de R\$ 3,2 bilhões ao final de 1999. A partir da mesma base de informações chega-se a um PIB *per capita* em torno R\$ 7.000,00, cerca de 24,6 % acima da média de Minas Gerais.

Os indicadores acerca da composição do PIB de Juiz de Fora revelam um perfil de economia desenvolvida, com uma elevada participação do setor industrial, que atinge o patamar de 45,85 % em 1997. Como em qualquer economia madura, o terciário aparece como o setor de maior participação na composição do PIB, chegando ao nível de 53,82% naquele mesmo ano.

Dessa forma, consolida-se no município uma estrutura econômica fortemente voltada para atividades urbanas, sendo que os setores industrial e de serviços respondem por quase 100% da formação do PIB.

⁶ Este texto foi em parte, extraído do documento elaborado pelo economista Deraldo Mesquita, intitulado “Ambiente Macro Econômico Nacional e Tendências da Economia em Juiz de Fora, 2001”, para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e adequado à forma deste texto.

Este perfil implica em significativo amadurecimento da economia, o que, por sua vez, aumenta a capacidade de atração de novos investimentos em vários segmentos e o próprio o potencial de desenvolvimento da região como um todo. Ainda no mesmo sentido, os períodos de expansão de demanda e crescimento industrial geralmente implicam em taxas mais aceleradas de crescimento do PIB do Município.

Em contrapartida, há uma maior sensibilidade da sua economia, principalmente no tocante à indústria e ao comércio varejista, em relação às flutuações da demanda e às conjunturas recessivas. Deve-se notar que, o setor agropecuário tende a apresentar reações menos pronunciadas de seu produto em relação às oscilações conjunturais de fatores como juros, câmbio e consumo. Isso ocorre devido, em grande parte, à sua própria estrutura, que implica em ciclos produtivos de mais longa duração.

6.2. POTENCIAL DINÂMICO

Pode-se dizer que Juiz de Fora possui uma infra-estrutura urbana adequada, no sentido de fornecer boas condições de vida à população. Em vários pontos, a abrangência e o índice de atendimento dos serviços prestados atingem patamares bem elevados. Pode-se destacar os seguintes segmentos:

- Educação
- Saneamento
- Energia Elétrica
- Saúde
- Transporte Público
- Rede de Comércio
- Operação de Serviços
- Comunicações

A expansão das atividades da indústria e do setor de serviços, no período recente, encontra respaldo em uma infra-estrutura bem dimensionada, tanto no que diz respeito à operação cotidiana das empresas, com para os novos investimentos de um modo geral. Pode-se destacar os seguintes pontos como fundamentais para o suporte às atividades empresariais em Juiz de Fora:

- Telecomunicações
- Energia Elétrica
- Gás Natural
- Áreas Industriais

Logística do Sistema de Transportes

Diversos estudos revelam que um dos pontos fortes de Juiz de Fora para atração de novos investimentos é justamente a sua posição central no principal entroncamento rodoviário do País. Além disso, destacam-se os seguintes fatores:

- Disponibilidade de malha ferroviária
- Aeroporto
- Porto Seco

6.3. POTENCIAL DE CONSUMO

Uma das informações mais interessantes fornecidas pelo Atlas do Mercado Brasileiro (Gazeta Mercantil) refere-se ao Índice de Potencial de Consumo (IPC). Em termos resumidos, o IPC de cada região pode ser lido como a estimativa de sua participação no total do consumo do País.

Um primeiro aspecto a ser destacado é que Juiz de Fora registrou em 2000 consumo da ordem de R\$ 3,38 bilhões, o que equivale a cerca de 4,4% do total do consumo do Estado de Minas Gerais. Isto caracteriza um mercado de proporções consideráveis, propiciando um campo muito favorável para a expansão de diversas atividades do setor de serviços.

.Nota-se que, entre os bens consumidos, há um forte peso para bens duráveis de alta renda, representados por veículos e eletrodomésticos. No que tange aos itens de alimentação, verifica-se uma elevada participação de carne bovina e leite e derivados, geralmente relacionados a padrões mais elevados de consumo da população.

Ainda cabe destacar uma significativa participação dos gastos com “refeições fora de casa” e “educação de 1º e 2º grau” no perfil de consumo do Município, o que é condizente com um acentuado processo de urbanização, semelhante ao das principais regiões metropolitanas do País.

6.4. PROJETOS DE INVESTIMENTO EM MINAS GERAIS

Uma publicação muito interessante é o Atlas do Mercado Brasileiro, sob responsabilidade da Gazeta Mercantil. Em sua última edição (2001) há uma estimativa dos investimentos programados para o período compreendido entre 1998 e 2005. Os números foram obtidos a partir do acompanhamento contínuo realizado pelo Centro de Informações da Gazeta Mercantil, que abrange não só as intenções dos aplicadores, mas também a efetiva realização de negócios.

Embora o conjunto de informações não represente o montante de investimentos efetivamente realizados em cada região, pode-se certamente dizer que este é um bom indicador sobre o movimento de capitais no País, com o qual é possível identificar algumas tendências relativas ao desenvolvimento econômico.

O montante estimado para os investimentos programados no Brasil, no período 1998-2005, chega a US\$ 454,55 bilhões. Desse total, US\$ 21,71 bilhões destinam-se ao Estado de Minas Gerais, o que corresponde a uma parcela de 4,8%.

Um aspecto que chama atenção reside no fato de que apenas 10 setores respondem por quase 90% do total de investimentos programados para a economia mineira, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 20

INVESTIMENTOS PROGRAMADOS - PERÍODO 1998 - 2003			
	Principais Setores	US\$ Milhões	% do Total
1	Serviços Públicos	6.418,00	29,55
2	Metalurgia	3.660,00	16,85
3	Transporte e Armazenagem	1.864,50	8,59

4	Autopeças e Mat. de Transporte	1.839,70	8,47
5	Madeira / Móveis/papel	1.525,10	7,02
6	Mineração	1.126,70	5,19
7	Alimentos	754,70	3,48
8	Serviços Gerais	742,20	3,42
9	Construção	688,80	3,17
10	Não Metálicos	628,40	2,89
	Total do Grupo	19.248,10	88,64
	Total Estimado p/ Minas Gerais	21.715,50	100,00

Fonte: Gazeta Mercantil - Atlas do Mercado Brasileiro ed. 2001

Embora ocorra uma grande concentração de recursos em serviços públicos, nota-se a tendência de consolidação do atual perfil estrutural, com forte participação da siderurgia, mineração, construção / cimento, setor automotivo e agroindústria de alimentos

6.5. INVESTIMENTOS PROGRAMADOS PARA JUIZ DE FORA (1998/2005)

A última edição do Atlas do Mercado Brasileiro revela que o montante estimado de investimentos programados para o Município de Juiz de Fora, no período entre 1998 e 2005, chega a US\$ 1,58 bilhão, revelando boas possibilidades de expansão econômica.

Deve-se observar o fato de que a cidade ocupa a 10ª posição entre os municípios brasileiros que mais atraem investimentos e, no contexto estadual, é a localidade que contempla a maior soma para o período considerado, superando até mesmo Belo Horizonte.

Com efeito, estes investimentos correspondem a 7,24% do total estimado para Minas Gerais, conforme revela a tabela a seguir.

Tabela 21

INVESTIMENTOS PROGRAMADOS: PERÍODO 1998-2005			
	Cidades	US\$ Milhões	% do Total para MG
1	Juiz de Fora	1.576,30	7,24
2	Ipatinga	1.427,20	6,56
3	Belo Horizonte	933,40	4,29
4	Uberlândia	794,90	3,65
5	Contagem	280,10	1,29
6	Betim	194,60	0,89
7	Montes Claros	180,90	0,83
8	Uberaba	146,80	0,67
9	Governador Valadares - MG	20,40	0,09
10	Ribeirão das Neves	2,60	0,01
	Total do Subgrupo	5.557,20	25,54
	Total MG	21.760,00	100,00

6.6.TENDÊNCIAS GERAIS E OPORTUNIDADES

Tudo indica que o ambiente macroeconômico descrito oferece boas oportunidades para o desenvolvimento de Juiz de Fora, considerando-se horizontes de médio e de longo prazo.

Mais precisamente, o perfil estrutural do Município, que apresenta um considerável amadurecimento, é um fator importante considerando-se o cenário de expansão de investimentos em diversos segmentos da indústria e no setor de serviços.

A grande participação dos setores industrial e de serviços, a infra-estrutura urbana e as condições do sistema de transporte têm sido certamente decisivos para que a Região ocupe posição privilegiada no que concerne à atração de novos projetos de investimento. Ao mesmo tempo, o forte poder de consumo é um fator determinante para perspectivas de desenvolvimento intenso do setor de serviços.

Todas estas características implicam em boas perspectivas para que a economia de Juiz de Fora acompanhe as fases de crescimento da economia nacional e reforce sua importância no contexto estadual. Ao mesmo tempo, a elevada urbanização embute grandes desafios relativos a uma demanda social intensa por educação, emprego, saúde, segurança, habitação e outros serviços sociais.

Por último, cabe notar que também estão em jogo novas oportunidades para um desenvolvimento mais intenso e equilibrado do Município. Para tanto, ganham destaque tanto as ações voltadas para a redução de deficiências específicas, bem como aquelas destinadas ao melhor aproveitamento de algumas vantagens competitivas identificadas.

A título de exemplo, podem ser destacados os seguintes blocos:

- Diversificação Macro-setorial – O incentivo de atividades ligadas à agricultura e aos agronegócios em geral pode fornecer um importante reforço à estrutura dinâmica da Região, dada a insipiência atualmente observada para o seu setor agropecuário.
- Aproveitamento de Mercados Locais – O forte poder de consumo viabiliza ações de incentivo para a produção de determinados bens e serviços voltada para mercados da Região.
- Apoio e Reforço em Relação às Vantagens Competitivas – Identificação e apoio estratégico aos segmentos da indústria, serviços e infra-estrutura, determinantes para a competitividade sistêmica atual de Juiz de Fora.

Em suma, as avaliações a respeito do ambiente macroeconômico, características estruturais, fragilidades e vantagens situam-se como um instrumento útil para o planejamento de políticas públicas, ainda mais quando são consideradas as necessidades de avanços no campo social, de redefinição de instituições, de incentivo ao comportamento inovador (por parte das empresas) e de ampliação dos canais de comunicação com os mais diversos segmentos da sociedade.

6.7. BALANÇO SOCIAL X GERAÇÃO DE EMPREGOS

Durante o período de 2000 à 2004, foram instaladas em Juiz de Fora, em torno de 50 Empresas, gerando 7.000 empregos diretos e 21.000 indiretos, nas atividades apresentadas na tabela 19.

Deste total, 30 Empresas foram contactadas, sendo que somente 09 delas responderam a nossa solicitação, para que encaminhassem ao Departamento de Qualificação Profissional, Ocupação e Renda, os respectivos Balanços Sociais, com as projeções de investimentos e empregos gerados.

Vejamos a relação entre os investimentos e os empregos gerados (diretos e indiretos):

Tabela 22 e 23

EMPRESAS INSTALADAS E CONSOLIDADAS PÓS 2001 - INICIATIVA PRIVADA				
EMPRESAS	INVESTIMENTO	EMPREGOS DIRETOS	EMPREGOS INDIRETOS	TIPO DE ATIVIDADE
Mercedez Bens		1.500	4.500	Automotiva
Fornecedores da MB		620	1.860	Automotiva
Carrefour		400	1.200	Comércio
BrasilCenter		1.100	3.300	Telecomunicações
Sada Transportes		09	27	Transporte
Multiterminais Alfandegados do Brasil	12.000.000,00	165	495	Alfândega
Intervídeo		5	15	Cultura
Alameda Shopping		50	150	Comércio Varejista
Cinearte Palace		25	75	Cultura
Cataguases/Leopoldina		50	150	Comércio Varejista
Supermercados Bretas (+2 unidades)		420	1.260	Comércio Varejista
Supermercados Bahamas (+ 5 unidades)	4.420.000,00	660	1.980	Comércio Varejista
Schenker		15	45	Logística
DFX		12	36	Comércio Exterior
Hotelaria		70	210	Alojamento e Alimentação
Silux		36	105	Ind. Escapamentos
Quis Batata		30	45	Ind. Alimentícia
Campo Bom		30	45	Ind. Alimentícia
Alubrás		35	105	Ind. Metalúrgica
Colchões Castor		100	300	
Krokero		45	135	Ind. Alimentícia
Distrito do Milho Branco				Vários
Onduline				
Makro	15.000.000,00	120	360	Comércio Atacadista
Magazine Luiza		70		
Subtotal				

EMPRESAS INSTALADAS E CONSOLIDADAS PÓS 2001 - INICIATIVA PRIVADA				
EMPRESAS	INVESTIMENTO	EMPREGOS DIRETOS	EMPREGOS INDIRETOS	TIPO DE ATIVIDADE
Subtotal	47.000.000,00	520		
Votorantim/Odebretch	31.000.000,00	100	1.560	Usina/Const
Votorantim/Odebretch - Planejamento			300	Civil
Mediquímica				Usina/Const . Civil
Shopping Center				
Cascatinha				
Loja de Móvel				
U&m (2002)	28.857.000,00	18		
U&m (2003)	36.552.000,00	25	36	Mineração e
TOTAL			75	Construção

7. CONCLUSÃO

As ações para fomentar a criação de novos empregos e estabelecer novas bases para as relações entre capital e trabalho devem adotar uma estratégia que permita, ao mesmo tempo, dinamizar a participação e o envolvimento dos principais atores sociais e ativar um conjunto de potencialidades para atender a um número significativo de demandas sociais.

Governo e sociedade, em parceria, podem conceber e implementar políticas que gerem estímulos à criação de empregos e que levem a um novo modelo de desenvolvimento, orientado para a busca da qualidade de vida da população, da equidade social e da conservação ambiental.

Apoiar as micro e pequenas empresas significa voltar-se tanto para o aprimoramento do exercício da atividade, quanto para a melhoria da qualidade do emprego. Gerar emprego e renda deve contemplar aspectos de apoio à cidadania e despertar a vocação empreendedora entre os ocupados do setor informal e das cooperativas e empresas sociais.

Ao definir estes objetivos, o Poder Público, em parceria com todo o conjunto da sociedade, procura mudar os rumos do trabalho no município, incorporando categorias fundamentais para o desenvolvimento local, com equidade social e conservação ambiental, buscando eficiência e ampliação da base econômica.

8. BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

Anuário Estatístico de 2003. Centro de Pesquisas Sociais, UFJF.

Caged, 2000, 2001,2002. Ministério do Trabalho e Emprego.

DADOS DO IBGE

DERALDO, M. Ambiente Macro Econômico Nacional e Tendências da Economia em Juiz de Fora, 2001. SMDE.

Rais Trabalhador, 2000, 2001,2002,2003. Ministério do Trabalho e Emprego.

DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Fidaldo & Machado Editores. Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, Belo Horizonte: 2000.